

## Junho / 2019

### **INTERNACIONAL**

#### **EUROPA**

Apesar da desaceleração do crescimento da economia ao longo do último ano e da não concretização da aguardada recuperação, por enquanto, a agência Eurostat informou que a taxa de desemprego recuou de 7,6% em abril, para 7,5% em maio, o menor nível desde julho de 2008.

Quanto à inflação do consumidor, depois de ter registrado um avanço anual de apenas 1,2% em maio, menos do que o esperado, ela se manteve no mesmo patamar em junho, ainda bem distante da meta de 2% do BCE.

Após de ter mantido inalteradas as taxas de juros em sua reunião no início de junho, o BCE divulgou a ata da reunião, em que reiterou a intenção de manter os juros baixos até meados de 2020, na medida em que os riscos para o crescimento econômico aumentaram com as tensões comerciais entre os EUA e a China, União Europeia e México.

#### **EUA**

A economia norte-americana efetivamente avançou 3,1%, anualizado, no primeiro trimestre de 2019, em relação ao trimestre anterior, conforme a terceira e última estimativa do Departamento de Comércio do país. A despesa dos governos estaduais e municipais, o comércio exterior e o investimento em estoques foram os principais motores da aceleração da atividade no início do ano.

A criação de vagas de trabalho não agrícola em junho de 2019 surpreendeu e foi de 224 mil novos postos, quando a expectativa era de 160 mil. A taxa de desemprego, que era de 3,6 em maio, subiu para 3,7% no mês seguinte, com o aumento do número de pessoas procurando emprego.

Em sua reunião no final de junho, o FED manteve a taxa básica de juros na faixa entre 2,25% e 2,50% ao ano, mas sustentou que as incertezas continuam altas, sinalizando cortes futuros da taxa ainda neste ano.

No final do mês, na reunião do G-20 o presidente norte-americano e o chinês anunciaram uma nova trégua na guerra comercial travada entre as duas maiores economias do mundo e apontaram para a continuidade das negociações comerciais.

## ÁSIA

Na China, em maio, a atividade econômica continuou a arrefecer, com o investimento e a produção industrial perdendo vigor de forma significativa, em meio às tensões comerciais com os EUA. A produção industrial, por exemplo, avançou 5% ao ano em maio, o resultado mais fraco para o mês desde 1992. Já a economia japonesa surpreendeu ao ter confirmado um crescimento de 2,2% anualizado do PIB do primeiro trimestre deste ano, frente ao último do ano anterior.

## MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano de 10 anos, que tinham rendimento de 2,14% a.a. no final de maio, terminaram junho com rendimento de 2,00% a.a. Já os títulos emitidos pelo governo britânico rendiam 0,83% a.a., enquanto os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de junho com rendimento negativo de 0,32%. Paralelamente, no mês, o dólar se valorizou 1,83% perante o euro e se desvalorizou 0,41% e perante o yen.

Já as bolsas internacionais tiveram em junho um mês de fortes altas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) avançou 7,02% e a inglesa (FTSE 100) 3,69%, a do Japão (Nikkei 225) subiu 5,48% e a americana (S&P 500) 6,89%, alcançando novo patamar recorde com a possibilidade de corte da taxa básica de juros. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês 0,48%.

## NACIONAL

### ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme o Banco Central, o IBC-Br, considerado uma prévia do PIB, após recuar 0,30% em março, teve queda de 0,47% em abril. Em um ano, sem os ajustes sazonais, a queda foi de 0,62%.

A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 12,5% no trimestre encerrado em abril, caiu para 12,3% no trimestre encerrado em maio. Cerca de 13 milhões de pessoas estravam sem trabalho.

### SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 13,0 bilhões em maio, comparativamente a déficit de R\$ 8,2 bilhões em maio do ano anterior.

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 384,4 bilhões (5,52% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 484,7 bilhões (6,96% do PIB) no mesmo período.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em fevereiro R\$ 5.480,6 trilhões (78,7% do PIB).

## INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), depois de ter registrado alta de 0,13% em maio, subiu apenas 0,01% em junho, com os preços dos alimentos e dos combustíveis dando a maior contribuição para o índice baixo. No ano acumulou variação de 2,23% e em doze meses de 3,37%, bem abaixo do centro da meta do Banco Central, que é de 4,25%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu também 0,01 em junho, após ter subido 0,15% em maio. No ano acumulou alta de 2,45% e de 3,31% em doze meses.

## JUROS

Em sua reunião no final de junho, o Copom manteve a taxa Selic no seu piso histórico de 6,5% ao ano, pela décima vez seguida. Na ata da reunião, o BC indicou que há espaço maior do que o antecipado anteriormente para a queda dos juros, mas deixou claro que isso não acontecerá antes de uma evolução mais concreta da reforma da Previdência.

## CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de junho cotada em R\$ 3,8642, com uma desvalorização de 1,94% no mês.

Em maio, as transações correntes, apresentaram superávit de US\$ 662 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 13,9 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 7,1 bilhões em maio e acumularam US\$ 96,6 bilhões em doze meses. As reservas internacionais eram de US\$ 386,2 bilhões no final do mês.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em junho de 2019 um superávit de US\$ 5,02 bilhões, e no ano acumula superávit de US\$ 27,13 bilhões.

Importante destacar que no final do mês foi fechado o acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, que deve permitir aumentar consideravelmente os intercâmbios comerciais ente as duas regiões nos próximos anos.

## RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de junho acabou sendo o do IDKa 20A (IPCA), com alta de 6,82%, seguido

do IMA-B 5+, com alta de 5,06% e do IMA-B, com alta de 3,73%. Importante mencionar que com a perspectiva de queda dos juros básicos aqui e no exterior, por conta da atividade econômica mais frágil e com a perspectiva de aprovação das reformas, os juros reais no Brasil recuaram para a faixa de 2%, o menor nível desde 2013.

### **RENDA VARIÁVEL**

Para o Ibovespa, junho também foi um ótimo mês. A alta foi de 4,06% acumulando no semestre um avanço de 14,88% e em doze meses de 38,76%. O índice terminou o mês em 100.967 pontos.

### **PERSPECTIVAS**

#### **MERCADO INTERNACIONAL**

Muito embora os últimos dados referentes à criação de novas vagas de trabalho nos EUA tenham revelado robustez acima da esperada, segue firme a ideia de que o enfraquecimento da economia mundial deve levar o banco central norte-americano a reduzir a sua taxa básica de juros. Tal fato pode acontecer até o final do mês de julho.

#### **MERCADO NACIONAL**

No Brasil as atenções ainda continuarão totalmente voltadas para o rito de aprovação da reforma da Previdência. Depois de aprovado na Comissão Especial o texto segue para votação em plenário onde é esperada a aprovação. Resta saber como será aprovado para encaminhamento para o Senado.

Em relação às aplicações dos RPPS aconselhamos o investimento de 25% dos recursos em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção por conta das posições assumidas pelo gestor.

Para os vértices de longo prazo (especificamente o IMA-B Total) passamos agora a recomendar uma exposição de 10% (vide Nossa Visão de 01/07).

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) reduzimos a recomendação para uma exposição de 25% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação agora sugerida é de 10%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo).

Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição máxima de 30%, por conta da melhora do ambiente econômico neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da

Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais superam a meta atuarial.

Para a alocação em fundos multimercado a nossa sugestão é de 10% dos recursos e de 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado enquadrados para os RPPS. Para o investimento em ações, a nossa recomendação é de 15% dos recursos, tendo-se em vista o potencial de crescimento das empresas neste e nos próximos anos, como já dissemos, em uma conjuntura de baixa inflação e taxas de juros nas mínimas históricas. Muito embora ainda esteja no campo das expectativas, a implementação das reformas estruturais demandadas pelo mercado em muito também poderão influenciar o comportamento positivo das ações, no futuro.

Para aqueles clientes que já contam com investimento de 5% tanto em FII, quanto em FIP, recomendamos que o teto de investimento em ações se mantenha em 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture) *	10%
Gestão do Duration	25%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2)	25%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	10%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	15%
Multimercados	10%
Fundos de Participações**	2,5%
Fundos Imobiliários **	2,5%
<u>Investimento no Exterior</u>	0%

\* Aos clientes que investem em FIDC / Crédito Privado / Fundo Debênture, utilizar como limite máximo o percentual destinado ao Médio Prazo.

\*\* Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição de 15% aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.